



Câmara Municipal de Castelo
Espírito Santo

LEI Nº 3.993, DE 15 DE JULHO DE 2020

Prevê a redução da remuneração dos Vereadores e servidores ocupantes de cargos comissionados da Câmara Municipal de Castelo no Estado do Espírito Santo em 10% durante a pandemia do Coronavírus.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, nos termos do artigo 38, § 7º da Lei Orgânica do Município, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte

L E I:

Art. 1º Esta Lei prevê a redução da remuneração em 10% (dez por cento), durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19), dos ocupantes dos seguintes cargos na Câmara Municipal de Castelo do Estado do Espírito Santo:

- I – Vereadores;
- II – Cargos comissionados.

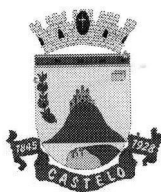
Parágrafo único: O disposto no caput tem validade inicial de 3 (três) meses, podendo ser revogado ou prorrogado por até igual período, estando sua aplicação, de qualquer forma, limitada ao prazo de duração do estado de calamidade pública.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2020, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 15 de julho de 2020.

WARLEN CÉSAR BORTOLI

Presidente da Câmara Municipal de Castelo



LEI Nº 4.027, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos, comissionados, contratados, aposentados e pensionistas integrantes do Quadro da Câmara Municipal de Castelo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder a revisão geral anual dos vencimentos, proventos, salários, aposentadorias e pensões de todos os servidores da Câmara Municipal de Castelo no percentual de 3,92% (três vírgula noventa e dois por cento), sobre seus atuais vencimentos com base no índice apurado pelo INPC de março/2019 a fevereiro/2020.

Parágrafo único: A revisão geral anual prevista no *caput* deste artigo aplica-se:

- I – aos vencimentos dos servidores efetivos, comissionados e contratados do quadro permanente da Câmara Municipal de Castelo; e
- II – aos proventos de aposentadoria e às pensões dos aposentados e pensionistas que tem tais benefícios custeados pela Câmara Municipal de Castelo.

Art. 2º O percentual de revisão a que se refere o artigo 1º será concedido retroativo a março de 2020.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito – ES, 16 de dezembro de 2020.


DOMINGOS FRACAROLI
Prefeito